



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

29/06/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Dos acordos salariais analisados pelo Dieese, 88% tiveram ganhos reais em maio

Cerca de 88% das 759 negociações da data-base maio, analisadas pelo DIEESE até 6 de junho, garantiram reajustes acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE. Resultados iguais ao INPC foram observados em 11% das negociações e apenas 0,5% – quatro instrumentos coletivos – ficaram abaixo do índice de preços.

Desde 2018, quando o DIEESE passou a acompanhar os acordos e convenções coletivas do Mediador, apenas em cinco ocasiões o percentual de reajustes acima da inflação ultrapassou a marca de 80%: quatro vezes em 2018 (fevereiro, março, maio e junho) e uma vez em 2019 (outubro).

O desempenho das negociações nos serviços segue semelhante ao da indústria, com ganhos reais em cerca de ¾ dos reajustes analisados. No comércio, o peso dos resultados acima da inflação é comparativamente menor, embora também seja expressivo: mais da metade dos instrumentos coletivos no setor (52,8%) foi superior ao índice inflacionário.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 28 de junho.

Majoria do STF mantém regras de pensão por morte do INSS

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou pela validade da mudança constitucional que alterou o pagamento de pensão por morte paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O julgamento ocorreu de forma virtual e foi finalizado na sexta-feira (23).

Os ministros julgaram a constitucionalidade do artigo 23 da Emenda Constitucional 103 de 2019. A emenda fixou que o pagamento da pensão será de 50% do valor da aposentadoria, acrescida de 10% por dependente.

O cálculo foi contestado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar). A entidade alegou que houve redução desproporcional da pensão por morte.

Ao analisar os questionamentos, a maioria dos ministros seguiu voto proferido pelo relator, Luís Roberto Barroso. Para o ministro, não há inconstitucionalidade nas alterações previdenciárias.

"Não vejo, por fim, ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social. O princípio da vedação ao retrocesso, que ainda desperta controvérsias na doutrina, não pode ser interpretado como uma proibição a qualquer atuação restritiva do legislador em matéria de direitos fundamentais, sob pena de violação ao princípio democrático", afirmou.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 28 de junho.

Aposentadoria especial do INSS: STF tem até sexta para julgar mudanças da Reforma da Previdência

O Supremo Tribunal Federal voltou a julgar a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 6.309, que discute as mudanças da Reforma da Previdência na idade mínima, no cálculo e na conversão de tempo para a aposentadoria especial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A análise foi retomada na sexta-feira da semana passada (23), no plenário virtual, e tem prazo para acabar nesta sexta-feira (30) — a não ser que algum ministro peça para o caso ser votado no plenário físico. O relator é o ministro Luís Roberto Barroso.

A aposentadoria especial era um benefício concedido em três modalidades, antes de ser alterada pela Reforma da Previdência de 2019:

1. Após 15 anos para o mineiro que trabalha no subsolo; 2. Após 20 anos para o mineiro que trabalha na rampa da superfície ou com exposição ao amianto; ou 3. Após 25 anos para os trabalhadores expostos a todos agentes nocivos (biológicos, químicos, agentes cancerígenos, ruído, calor, radiação ionizante, etc.).

Com a reforma, a aposentadoria especial deixou de ter natureza preventiva e passou a exigir idade mínima (55 anos para mineiro do subsolo, 58 anos para mineiro na rampa e 60 anos para os demais trabalhadores expostos aos agentes nocivos).

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 29 de junho.

Desemprego atinge em abril menor patamar em oito anos

A taxa de desocupação, que mantinha relativa estabilidade em torno de 8,5%, voltou a recuar com mais força no último bimestre, atingindo em abril o patamar de 8% na série dessazonalizada, menor nível em oito anos.

Os dados foram calculados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a partir da série trimestral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A melhora de algumas variáveis ligadas aos rendimentos, subocupação e desalento confirmam esse cenário mais otimista para o mercado de trabalho.

Em abril, na comparação com o mês anterior, a população ocupada apresentou a quarta expansão consecutiva, com aproximadamente 99,2 milhões de pessoas. “Adicionalmente, enquanto a ocupação formal registrou crescimento médio interanual de 3,2%, no último trimestre, encerrado em abril, a população ocupada informal apresentou retração de 0,6%, nessa mesma base de comparação”, diz o Ipea.

Segundo a análise, o recorte setorial mostra que o crescimento da ocupação tem ocorrido de forma generalizada, mas com diferente intensidade. Nos últimos 12 meses, encerrados em abril, todos os setores tiveram criação de empregos, com destaque para o comércio (376,2 mil), os serviços administrativos (264,5 mil), a indústria de transformação (204,9 mil) e a construção civil (191,6 mil).

De acordo com o estudo, nos últimos 12 meses a população desalentada registrou queda de 15,8%. Os números caíram de 4,3 milhões, em abril do ano passado, para 3,5 milhões em abril deste ano. Além da queda do número de desalentados, foi observada retração da parcela de indivíduos que estão fora da força de trabalho devido ao estudo, às obrigações domésticas, a problemas de saúde, entre outros motivos, que não desejam retornar à atividade, mesmo diante de uma proposta de emprego.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 29 de junho.

Governo incentiva alimentos básicos, que têm recuo recorde de áreas

Um dos focos do Plano Safra da Agricultura Familiar de 2023/24 é a redução de taxas no crédito para a produção de vários alimentos, entre eles arroz, feijão, mandioca, ovos e trigo.

O plano, que volta a ser específico para o setor após quatro anos de interrupção, destinará R\$ 71,6 bilhões de crédito para a agricultura familiar. Somado a outros programas de apoio ao setor, o volume chega a R\$ 77,7 bilhões.

As melhores condições de financiamento para os que produzem alimentos básicos, que terão taxa de 4% ao ano, poderá elevar a produção e é uma saída para as pequenas propriedades. O país tem-se voltado muito para produtos exportáveis e mais rentáveis, como a soja.

Os alimentos básicos, no entanto, não estão isentos de várias influências, que vão da competitividade dos preços internacionais às mudanças de hábitos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 29 de junho.

Restituição do Imposto de Renda 2023 paga em junho tem correção de 1%

O segundo lote de restituição do Imposto de Renda 2023, que será pago pela Receita Federal nesta sexta-feira (30), terá correção de 1%, com base na Selic (taxa básica de juros da economia), que atualmente está em 13,75% ao ano.

Ao todo, 5,1 milhões vão receber a restituição, somando R\$ 7,5 bilhões. O lote será pago a contribuintes prioritários, incluindo 130 mil idosos acima de 80 anos, 978.397 idosos entre 60 e 79 anos, 70.589 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave, 468.889 contribuintes cujo magistério é a maior fonte de renda e 3,5 milhões de contribuintes utilizaram a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição por Pix.

No primeiro lote, pago em 31 de maio, 4,13 milhões de contribuintes receberam um total de R\$ 7,5 bilhões, até então a maior quantia já paga pela Receita na história. O lote também teve apenas contribuintes prioritários.

O Imposto de Renda ainda tem, ao todo, cinco lotes de restituição entre maio e setembro, com o pagamento sendo feito no último dia útil de cada mês.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 28 de junho.